

ARTIGO

ÉTICA, MÉTODO E EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL:
a questão do especismo nas ciências experimentais*ETHICS, METHOD AND ANIMAL EXPERIMENTATION:
the question of the specism in the experimental sciencesÉTICA, MÉTODO Y EXPERIMENTACIÓN ANIMAL:
el problema del especismo en las ciencias experimentalesArnaldo de Souza Menezes Filho
Wildoberto Batista Gurgel

Resumo: Análise das questões éticas suscitadas a partir do uso dos animais para fins científicos na atualidade. A experimentação animal é decorrente da valoração instrumental que os animais humanos atribuem aos demais animais, algo que tem suas raízes associadas à História e às tradições. Apresentam-se as formas de compreensão idealizadas pelos humanos sobre os animais, a partir do discurso filosófico, teológico e científico, de onde emerge a necessidade de se discutirem essas questões a partir de critérios éticos/bioéticos. Investigam-se os argumentos favoráveis e contrários ao uso dos animais pela ciência, com base na possibilidade de formulação de um *status* moral para os animais, atualmente reconhecidos como seres dotados de sensibilidade e direitos. A importância deste estudo está em promover o debate filosófico sobre a apropriação dos animais por humanos, identificando nos discursos *especistas* (aqueles que defendem o avanço da ciência) e *antiespecistas* (aqueles que lutam pela proteção dos animais) mecanismos de poder e controle de determinados grupos sociais em detrimentos de outros.

Palavras-chave: Filosofia. Ciência. Experimentação animal. Ética.

Abstract: Analysis of ethical issues arising from the use of animals for scientific purposes nowadays. Animal experimentation is a result of instrumental valuation that human animals attribute to other animals, something that has its roots associated with the history and traditions. The idealized forms of understanding by humans about animals, from the philosophical, theological and scientific discourses, from which emerges the need to discuss those issues from ethical/bioethical viewpoints are investigated. The arguments for and against the use of animals by science, based on the possibility of formulating a moral status to animals, currently recognized as beings endowed of sensibility and rights. The importance of this study is to promote the philosophical debate about human use of animals, identifying in speeches speciesists (those who advocate the advancement of science) and anti-speciesists (those who fight for animal protection) mechanisms of power and control of certain social groups at the expenses of other.

Keywords: Philosophy. Science. Animal experimentation. Ethics.

Resumen: Un análisis de los problemas éticos derivados de la utilización de animales para fines científicos en la actualidad. La experimentación con animales es el resultado de la valoración fundamental que los seres humanos atribuyen a los demás animales, algo que tiene sus raíces asociadas con la historia y las tradiciones. Muestran las formas idealizadas de comprensión por parte de los humanos sobre los animales, desde el discurso filosófico, teológico y científico, de donde surge la necesidad de discutir estas cuestiones a partir de criterios éticos/bioéticos. Investigación de los argumentos a favor y en contra de la utilización de animales en la ciencia, basada en la posibilidad de establecer un estatuto moral de los animales, actualmente reconocido como seres sensibles y de derechos. La importancia de este estudio es promover el debate filosófico acerca de la utilización que los humanos tienen sobre los demás animales, identificándose en los discursos especistas (los que abogan por el avance de la ciencia) y antiespecistas (aquellos que luchan por la protección de los animales) los mecanismos de poder y control de determinados grupos sociales a expensas de los demás.

Palabras clave: Filosofía. Ciencia. Experimentación con animales. Ética.

1 INTRODUÇÃO

Imaginemos a seguinte situação: em um dia comum, um estudante de Medicina Veterinária acorda pela manhã, toma seu remédio, banha-se, faz seu desjejum matinal (sanduí-

che de queijo e presunto) e sai para a faculdade em seu carro. No caminho quase atropela uma cão vira-lata que andava pela rua. Chega à faculdade, já atrasado, e dirige-se à

*Artigo recebido em abril 2011
Aprovado em agosto 2011

sala de anatomia. Lá pratica, juntamente com seu professor e colegas, alguns experimentos destinados ao ensino do reflexo da dor e sua relação com o sistema nervoso de determinado animal. Como não havia anestésico disponível, o experimento ocorreu com sofrimento do animal mesmo. No final da manhã, dirige-se ao restaurante universitário e almoça, dentre outros alimentos, carne. Volta aos seus estudos durante a tarde. À noite, sai da universidade e decide entreter-se um pouco, indo a um espetáculo circense. Chega um pouco atrasado, pois no caminho havia uma lenta carroça que obstruía o deslocamento fluente dos veículos, a despeito das chicotadas que o condutor aplicava ao animal para aumentar sua marcha. Chegando ao circo, assiste a mágicos, palhaços e números com diversos animais. Volta para casa, e antes de dormir, se distrai um pouco assistindo a um seriado sobre adestramento de cães, na televisão.

Trata-se de um experimento mental bastante simples, que poderia ilustrar a vida de muitas pessoas, cuja variável comum é o uso dos animais em situações cotidianas que, por vezes, passam despercebidas. Cada ato, seja o de tomar banho ou de tomar o medicamento, alimentar-se de carne, entreter-se com situações envolvendo animais, quanto os mais diretos, como o de realizar experimentos científicos em uma aula de anatomia, envolve a realidade de uso dos animais pelo homem.

Essa utilização é bastante comum e arraigada na nossa tradição. Ela é um hábito antigo, como afirmam Pimenta e Silva (2001): “[...] As narrativas históricas da utilização dos animais pelo homem com as mais diversas finalidades são conhecidas desde os primórdios da humanidade”. Hodiernamente, pouco ou nada mudou no que diz respeito a essa realidade. Para diversos fins, sob várias formas de uso, os animais não-humanos estão presentes no *modus vivendis* humano. Trata-se de uma verdade que merece atenção reflexiva: Podemos dispor dos animais? Temos direito de usá-los? O que fundamenta a utilização de animais? Quais consequências ambientais, políticas e sociais estão envolvidas nessa condição? É eticamente aceitável usá-los?

Diante dessas questões, destaca-se uma forma de uso que vem ganhando espaço na discussão ética e filosófica, além de conflitos de interesses diversos: o uso de animais em experimentações científicas. Debates sobre a autoridade ou não de uso são gerados, atravessando o mundo científico, necessitando-se

percorrer os conceitos, as reflexões e os argumentos que buscam salvaguardar as experimentações e o desenvolvimento técnico-científico ou os dos que almejam uma abolição do uso dos animais pela ciência. Mais além, necessita-se reconhecer não somente os argumentos, mas os fundamentos que os forjam: o que está em jogo nessa discussão? Em que medida o debate acerca do uso dos animais pela ciência corresponde aos discursos que envolvem relações de poder entre os homens?

Nos inserimos nesse debate e, depois de um ano de pesquisa bibliográfica e documental, a produção de uma monografia sobre o assunto e a revisão de um artigo publicado em 2003, retomamos a questão ética (e política) sobre o uso dos animais não humanos pelos animais humanos: a questão do especismo nas ciências experimentais.

2 PARA SE FAZER UM DEBATE ACERCA DOS USOS DOS ANIMAIS

Desde o final da década de 1970, conforme nos afirma Paixão (2001b, p. 22), o uso dos animais pela ciência vem ganhando espaço de discussão e pressão política no Brasil e no mundo¹. No Brasil, o debate se manifesta em função de fatores culturais, históricos e sociais do momento², através de organizações brasileiras de proteção animal discutindo e buscando a *regulamentação das formas de uso dos animais*, como, a exemplo, quando submetidos a experimentos científicos. Uma questão ganhou, nesse contexto, destaque e luta: a *vissecação*³, em uma forma que essas organizações encontraram de militar e contribuir para uma maior proteção e atenção à integridade animal quando submetidos a essa forma de uso, a saber, em pesquisas científicas.

Discutir e buscar a regulamentação do uso de animais pelo homem em experimentos científicos está inserido em uma discussão muito maior, de amplitude ética e de desdobramentos históricos, que diz respeito, ao *debate do uso dos animais pelo homem*, tanto em experimentos científicos como em outras formas tradicionalmente conhecidas, como vestuário, lazer, alimentação etc.

Em uma perspectiva ética, vale o questionamento: se tomarmos o sentido amplo do conceito de ética utilizado por Bentham (1979, p. 63), que define a ética como “[...] a arte de dirigir as ações do homem para a produção da maior quantidade possível de felicidade em benefício daqueles cujos interesses estão em

jogo [...]”, devemos *tradicionalmente* aceitar a supremacia humana perante os animais, uma vez que os interesses humanos prevalecem perante os interesses daqueles? Há quem diga que sim e há quem diga que não.

Questiona-se desse modo uma visão antropocêntrica que há muito legitima práticas de subjugação com seres de outras espécies. Visão que naturaliza certos comportamentos com base em postulados cristalizados em práticas ditas “culturais” ou em argumentos como “sempre foi assim” desde os primórdios. Contra esse tipo de visão unilateral, a filosofia lança seus olhares, rejeitando argumentos como os de White (apud PAIXÃO, 2001a, p. 507): “[...] incluir animais não humanos na nossa esfera ética é uma visão filosófica sem sentido”.

Existe, atualmente, o reconhecimento que determinadas práticas são eticamente inaceitáveis, sobretudo pela concepção de que os animais são *seres sensíveis*, dotados da capacidade de sentir dor, angústias e outras injúrias que ferem sua integridade física e emocional, como já alertava Bentham (1979) e, mais recentemente, Durham (2003) e Del-Claro (2004). Não se admite mais, portanto, o uso indiscriminado dos animais (pode-se conceituar como abuso), sob variadas formas.

Trata-se de uma reflexão ou pregação moral que possui raízes ainda na antiguidade, sobretudo na tradição oriunda do pensamento mítico-religioso e filosófico. Segundo Singer (apud GURGEL, 2003, p.75):

Não é de hoje que a filosofia tem se debruçado sobre a questão dos animais. É bem verdade que nem sempre teve a clareza da questão como hoje ela é formulada. No passado filosófico esta questão estava mesclada aos mitos e às formas de representação do mundo e da sociedade, especialmente, às formas de representação religiosa.

Na tradição judaico-cristã, de acordo com o primeiro livro da Bíblia (Gênesis), segundo Gurgel (2003, p. 75), a permissão para o homem usar os animais na alimentação teria ocorrido somente após o dilúvio. Ou, segundo Singer (2004, p. 143), após a queda do homem, o mesmo passou a ter autorização para matar animais, já que o mesmo se alimentava de ervas e frutos das árvores⁴. Ainda sobre esse livro sagrado, Schnaider e Souza (2003, p. 279) e Singer (2004, p. 143) mostram que sua narrativa coloca os animais como sendo meios para benefícios e serventia humana, sendo, pois, os homens autorizados a usá-los.

Filósofos antigos, como Aristóteles, defendiam o uso dos animais para serventia do homem, pois acreditavam que em toda nature-

za haveria um finalismo. Se por um lado Aristóteles defendia essa ideia, como diz Singer (2004, p. 145), o mesmo não chegou a desenvolver grande argumentação para tal, possivelmente, por considerar demasiadamente óbvia a justificativa de que cada criatura deve servir o que lhe é superior.

Essa postura, tomada como óbvia, passava pela ideia de “ruptura” entre animais e humanos. Segundo Paixão (2001a, p. 47) “[...] no momento em que ocorreu a negação da razão aos animais, esta longa história teve início”. O ato de negar a racionalidade aos animais teria engendrado, segundo a autora, uma crise disseminada no campo da filosofia da mente e da filosofia moral, tornando-se recorrente até os nossos dias, consolidando a visão aristotélica no mundo ocidental. Aos poucos, a racionalidade torna-se o único diferencial entre as espécies e, como conclui Paixão (2001a, p. 48), “[...] esta concepção não quer dizer apenas que homens são diferentes dos animais, mas que estas diferenças terão um significado moral”.

Na Idade Média, através da filosofia de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, percebemos um posicionamento bem mais radical no tocante à compreensão dos animais como instrumentos. Esses pensadores apregoavam que não era necessário manter a vida de animais que não possuísem utilidade. Ideias funcionais e unilaterais como essas, segundo Salisbury (apud PAIXÃO, 2001a, p. 50), implicam, por exemplo, na caçada cruel e desenfreada de lobos até a extinção, uma vez que tais animais, inicialmente, não “serviam” a nenhum propósito humano.

No decorrer do tempo, no período medieval e na época moderna, por exemplo, também encontramos discussões e proposições acerca da questão, mas não questionamentos acerca da relação propriamente dita. As reflexões éticas e morais sobre a utilização de animais consolidam-se mais adiante, apoiadas, principalmente, nas críticas realizadas por Hume (1992) e Bentham (1979) em prol dos animais.

Essas formas iniciais de discussões e pregações sobre os animais e seus usos eram constituídas, muitas vezes, de postulados religiosos ou de crenças morais e metafísicas que não alargavam a questão ou a desenvolviam sobre preceitos éticos e direitos morais animais, aos moldes da atualidade

De fato, foi o século XX que, segundo Gurgel (2003, p. 75), “[...] alargou a discussão, e o tema não era mais resultado de

alguns postulados religiosos ou filosóficos; tornou-se uma questão de saúde, ecologia e direitos animais, em especial frente à extinção de alguns animais [...] que ameaçava a fauna". Já no início do século passado identificavam-se ideias que almejavam ampliar a esfera moral não somente em relação ao homem, mas também aos animais e a todo o ambiente. Schweitzer e Leopold, segundo Paixão (2001a, p. 59) seriam os precursores de ideias que convergiram para o chamado "igualitarismo biosférico".

Para entender esse desapontar no século passado, faz-se necessário recorrer à percepção do desenvolvimento da biotecnologia. O século XX constituiu-se, inegavelmente, como dotado de grande avanço científico e tecnológico em várias áreas, especialmente no campo da saúde humana. O surgimento de novos e variados recursos tecnocientíficos, novos fármacos, novas cirurgias e transplantes de órgãos, tratamento e cura de doenças até então identificadas com a morte, o desenvolvimento da reprodução humana assistida (RHA) etc., fizeram com que a trajetória da biotecnociência se destacasse e ganhasse possibilidades inimagináveis. A vida não era mais um recanto misterioso e intocável, mas mostrou-se cada vez mais passível de manipulação e controle humano. Sobre isso escreve Garrafa (2005, p. 11):

A rapidez dos avanços científicos e tecnológicos exigiu que as diversas áreas de conhecimento envolvessem com os fenômenos relacionados ao nascimento, vida e morte das pessoas se adequassem à nova realidade. A filosofia, por exemplo, viu-se repentinamente obrigada a caminhar com agilidade compatível à evolução dos conceitos e das descobertas e com as conseqüentes mudanças que passaram a se verificar no cotidiano das pessoas e coletividades. Parâmetros morais secularmente estagnados passaram a ser questionados e transformados, gerando a necessidade do estabelecimento de novos referenciais éticos que, por sua vez, requerem da sociedade também ordenamentos jurídicos pertinentes à nova realidade.

Naturalmente, esse contexto suscitou novas problematizações impondo a reflexão de novas questões: quem seriam os doadores de órgãos? Qual o critério para se declarar se alguém está vivo ou morto? Quem deve ser priorizado na utilização de certos recursos terapêuticos, já que não são suficientes para todos? Quais as novas relações de parentesco que vão se estabelecer? Ou, como questionam Costa e Pessini (2004, p. 187) "[...] Seria eticamente aceitável tudo que é tecnicamente viável? Ao imperativo técnico poder fazer, logo se seguiria o dever fazer?"

Além dessas questões, uma série de outras situações no campo biomédico, como

denúncias de experimentos abusivos em seres humanos, mobilizaram a sociedade e, principalmente, fizeram renascer o interesse social e multidisciplinar por questões éticas. Passou-se a questionar os limites da ciência: o que se pode fazer? Até que ponto interferir? Mori (apud GARRAFA, 2005, p. 9) percebe essa conjectura dizendo que "[...] os anos 70 parecem constituir um daqueles períodos históricos nos quais nasce alguma coisa de novo e a história se encontra diante de uma encruzilhada que pode levar a mudanças significativas".

Nessa conjuntura, que se apresenta conflitiva e polêmica, vale destacar que a eticidade das questões tecnocientíficas ligadas à saúde ainda são predominantemente humanas, a despeito de que a destacada evolução científica desse período se fez pelo uso de animais em experimentos, como testemunha Orlans (2001, p. 399): "[...] a experimentação animal tem se tornado um importante instrumento da ciência e a variedade de usos de animais de laboratório tem se expandido enormemente".

A inserção dos animais no contexto de discussão ética deveu-se à conjectura mundial de reivindicação do desenvolvimento da biotecnociência aliado ao desenvolvimento das questões éticas, ou bioéticas, e outros fatores socioculturais e históricos. A trajetória da biotecnologia fazia surgir uma trajetória paralela que a acompanhava: a trajetória da ética. Como ensina Garrafa (2005, p. 9): "[...] Todo conhecimento novo – seja ele científico, filosófico, jurídico ou social – gera grandes discussões com relação à definição dos seus limites teóricos, objetivos, linhas de trabalho e ação."

Foi também nesse século que ocorreu uma intensa mobilização da sociedade em geral para reivindicar mais direitos e propor mudanças nos sistemas de valores e costumes. Pode-se citar o movimento feminista, os protestos contra a guerra do Vietnã, os movimentos das minorias étnicas, movimentos em favor do meio ambiente etc. A partir dos anos 70 percebemos uma significativa crítica acerca do uso dos animais em experimentos científicos, concedendo maior visibilidade aos movimentos de proteção animal. A repercussão desses movimentos sociais de época, aliados à pressão desses grupos que lutavam pela defesa dos animais, lograram alguns êxitos no controle das pesquisas científicas que utilizavam animais em seus experimentos. De acordo com Paixão (2001a, p. 32), os principais fenômenos derivados desta conduta⁵ foram: "[...] o surgimento de leis mais rigorosas em diversos

países, o aparecimento dos comitês institucionais de ética no uso de animais, controle por parte das agências de financiamento e novas políticas editoriais”.

No que diz respeito às questões ecológicas e seus movimentos ambientalistas, os mesmos permitiram uma maior conscientização da sociedade e, conseqüentemente, um avanço até mesmo em direção aos âmbitos mais negligenciados pela atenção social, interferindo em campos que anteriormente eram estritamente dominados por aqueles que detinham um conhecimento específico, a saber, o científico. Paixão (2001b, p. 22) corrobora essa tese quando afirma: “[...] De fato, o interesse pela questão animal, que se tornou crescente na década de 70, foi possivelmente favorecido pela crise ambiental que chamou a atenção para a exploração de toda a natureza”.

Além das preocupações ambientais disseminadas nesse período, publicações filosóficas polêmicas marcaram, não o início da discussão acerca dos animais, como anteriormente foi mostrado, mas algumas reflexões que fomentaram o percurso da discussão ética atual, nos moldes envolvendo os direitos animais. Gunkel (apud HOSSNE, 2008, p. 37) afirma que “[...] só recentemente (a partir da década de 1970), a disciplina filosofia começou a considerar o animal como legítimo sujeito da ética”.

Existem várias formas de uso dos animais. De fato, todas podem se encaixar na análise radical da questão sobre a autorização humana para tal. As práticas científicas envolvendo experimentações com animais, portanto, também estão submetidas a essa lógica. Assim como toda uma gama de práticas ditas “culturais” que promovem o uso irrestrito ou até a espetacularização do sofrimento animal para mero divertimento humano.

Experimentação animal, definida como toda e qualquer prática que utiliza animais para fins didáticos ou de pesquisa, decorre de uma metodologia que considera como meio para se obter conhecimento científico. Abrange a *vivissecação*, que é um procedimento cirúrgico, invasivo ou não, realizado em animal vivo. Ela ocorre com frequência no ensino didático e nas pesquisas de base realizadas nas faculdades de medicina, biologia, veterinária, zootecnia, educação física, odontologia, farmácia, etc, (o mesmo ocorrendo) em indústrias de alimentos, de cosméticos e de outros produtos industrializados. Gonçalves (2006) mostra que também há registros de experiências com animais praticadas nos centros de pesquisa,

nos laboratórios, nas salas de aula, nas fazendas industriais ou mesmo na clandestinidade. Para a ciência, uma passível forma de salvar suas pesquisas. Para os defensores de animais, uma injustiça e imoralidade inaceitável. Mas em características e elementaridades mais específicas, como se desenrola esse debate na atualidade?

3 O USO DOS ANIMAIS EM EXPERIMENTAÇÕES CIENTÍFICAS

Há alguns anos o uso de animais para fins científicos tornou-se conduta padrão no universo das ciências, sendo mais evidente nas ciências biológicas e da saúde. Diante das duas posturas que circunscrevem tal fenômeno – a defesa da causa animal a partir da crítica do especismo e a postura dos defensores da causa científica que reconhecem os benefícios que os experimentos científicos realizados com animais trouxeram à humanidade – permeia-se um longo debate de interesses e jogo de poderes.

O debate ético atual já submete à crítica argumentos cristalizados no meio científico como o da relevância do uso dos animais em experimentos, em função da qualidade de vida dos seres humanos. Por um lado, questionam-se, especialmente, os alcances desses benefícios e a que público se destinam, uma vez que sabemos que os recursos médicos no atual estágio das relações capitalistas estão voltados à uma pequena parcela da sociedade que tem acesso aos bens e serviços de saúde. Esses poucos benefícios seriam realmente relevantes e com alcance significativo, quando consideramos o sofrimento de tantos animais? E em que medida salvaguardar o bem-estar de uma espécie, no caso a humana, as custas do sofrimento e morte de outras, é algo legítimo?

Por outro lado, como nos lembra Lima (2008, p. 26), devemos sim considerar a relevância desses procedimentos, todavia, indiretamente pois o problema talvez esteja na velocidade das conquistas⁶ e na conseqüente involução de pesquisas que utilizem métodos alternativos. Mesmo assim, o autor enumera diversos fármacos desenvolvidos a partir de tal conduta – seja ela direta ou indireta. São exemplos que abrangem desde antipsicóticos, passando por inibidores de diabetes, câncer e até demência.

Mesmo diante dessas incalculáveis conquistas, segundo diz Frajblat et al. (2008, p.44), por muito tempo, o conforto, segurança

e bem-estar dos animais ficaram à margem das preocupações científicas, sendo muitas vezes classificados como “materiais”⁷. Os autores dizem que só recentemente esse cenário tem se modificado, pois “[...] percebeu-se a importância do modelo animal e seu bem-estar para os resultados de um experimento”.

As informações até agora sugeridas nos encaminham para uma crítica ao antropocentrismo e à própria eficácia da metodologia científica que perpassa os argumentos, pois como deixar de questionar a criação de uma ciência, como no caso acima mencionado, preocupada com o bem-estar de animais de laboratório sem considerar que o fim último dessa criação trata-se do aperfeiçoamento das técnicas e estratégias que interferem nos resultados científicos?

4 A DEFESA E A CRÍTICA DA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL: jogo de poderes entre grupos sociais

Enunciar argumentos que fundamentem ou questionem o paradigma central das ciências biomédicas, ou seja, o uso dos animais para fins científicos, significa adentrar em um jogo complexo de disputas de poderes e mecanismos de controle de alguns setores e grupos sociais, em detrimento de outros. O que se quer destacar nesse momento é que existem argumentos divergentes no debate sobre o uso dos animais e, na dinâmica das questões científicas, em que a questão ética deveria prevalecer, assumir apenas um argumento, tomando partido do mesmo, como destaca Morin (2003, p. 270) é “[...] uma mutilação prévia e um obstáculo a todo conhecimento sério”.

Nesse jogo de poderes, prevalece aquilo que Foucault (2009, p. 17) chamou de “vontade de verdade” ou “sistemas de exclusão” em que determinadas ideias, em formas de discursos, são proferidas, reforçadas e reconhecidas. Enquanto formas e mecanismos de controle, existe, nas palavras de Foucault (2009, p. 17) “[...] um conjunto de práticas como a pedagogia, [...] como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje [...]” que visa a reprodução de determinados interesses. Esses discursos estão alicerçados sobre aquilo que ele chamou de “suporte institucional”, que aplica, valoriza, reparte e atribui o conhecimento, científico ou não, na sociedade.

Deve-se considerar de antemão que o debate ético sobre o uso dos animais para fins

científicos é um tema que não admite fundamentalismos, muito menos recusa. Afinal, como diz Markus (2008, p. 24), “[...] análise, avaliação e construção contínua de padrões e condutas é a forma de alcançar boas práticas”. Com base nisso, iremos situar as duas respostas obtidas diante da seguinte questão, tal como exposta por Paixão (2001a, p. 22): “A experimentação animal é ou não um método adequado para a ciência?”.

4.1 Os animais e a ciência: da necessidade à legitimidade

A posição que prevalece no meio científico para a questão destacada refere-se ao critério “necessidade” de utilizar os animais em fins experimentais. Os argumentos destacados nesse critério convergem para o seguinte enunciado: Existem vários benefícios obtidos a partir da utilização de animais e, esses benefícios, não se restringem à saúde humana, estendem-se à saúde dos próprios animais.

Trajano e Silveira (2008, p. 31) destacam que nem sempre esse argumento é suficientemente lembrado no debate filosófico acerca dos direitos dos animais:

A experimentação animal resulta em benefícios em termos de diminuição do sofrimento a longo prazo, beneficiando um incontável número de indivíduos, não apenas humanos como também outros animais, já que a medicina veterinária precisa e se beneficia da experimentação (obviamente) animal.

Esse argumento tem ampla aceitação perante o meio científico, o meio político e, claro, perante a sociedade civil, pois está alicerçado no paradigma do *benefício*, que é compreendido como condição suficiente para tolerar os efeitos do sacrifício animal e, consequentemente, garantir a saúde de humanos e animais. Segundo Smith e Boyd (apud PAIXÃO, 2001a, p. 23) mesmo quando não há um avanço significativo para a ciência, ainda assim, o uso dos animais para fins terapêuticos e práticos é justificado, pois *qualquer avanço* é considerado um bem em si mesmo.

Markus (2008, p. 24), por exemplo, afirma que a experimentação animal teve inegável importância para o desenvolvimento da biologia. Basta lembrar os princípios de anatomia lançados por William Harvey, no século XVII, e as conquistas fisiológicas proclamadas por Claude Bernard. Correspondem a “fatos inquestionáveis” para nossa compreensão sobre os aspectos orgânicos dos animais humanos e não humanos.

Diante desses “fatos”, que a ciência julga como “inquestionáveis”, outro argumento, também de ampla aceitação, emerge dos enunciados anteriores: Se os avanços biomédicos estão estritamente relacionados à experimentação animal, a não utilização desses privaria humanos e animais dos atuais e futuros benefícios das pesquisas. Assim, a pesquisa que envolve animais apoia-se na esperança de um futuro em que doenças terminais, caso não estejam eliminadas, possam estar sob controle.

Utilizam-se elementos e conquistas da história das ciências para realizar previsibilidades futuras. Além disso, utilizam-se de condutas que causam sofrimento a seres dotados de sensibilidade para respaldar/legitimar nossas ações morais.

Assumindo o argumento citado, a *American Medical Association (AMA)* considera que a não utilização dos animais pelos humanos afetaria o caráter ético de nossas condutas. Pois, como diz o documento, “[...] a pesquisa animal detém a solução para a Aids, o câncer, doenças cardíacas, envelhecimento e defeitos congênitos” (AMA apud PAIXÃO, 2001a, p. 23)⁸. Para nós humanos, trata-se de uma conduta eticamente inadequada não utilizá-los. Resta-nos, portanto, lançar a questão: qual a garantia desse futuro científico tão próspero?

Os argumentos que sustentam essa ideia reafirmam a não existência de técnicas e alternativas de substituição dos animais nas pesquisas, visto que entre humanos e animais, prevalecem as similaridades biológicas. Lima (2008, p. 26), por exemplo, relaciona as conquistas advindas dessas práticas ao aumento de 23,5 anos na expectativa de vida da população no século XX. Para o autor, os animais são utilizados como “mapas de territórios não explorados” ou simplesmente, modelos. Sem esses mapas, torna-se mais difícil chegar ao destino esperado. O entendimento acerca da origem de uma doença, nessa ótica, passa pelos “modelos experimentais” desenvolvidos nos animais de laboratório – em sua maioria, ratos e camundongos. Dessa compreensão, surgem hipóteses sobre os mecanismos de doenças que, uma vez confirmadas, podem ser revertidas em benefício da sociedade na forma de novos medicamentos, tratamentos mais adequados de doenças, aperfeiçoamento de técnicas cirúrgicas, programas de vacinação etc.

Sendo assim, estaria correto o que disse a Sociedade de Pesquisa Científica Sigmaxi em documento intitulado *Sigmaxi Statement on*

the Use of Animals in Research (apud PAIXÃO, 2001a, p. 24): “[...] a pesquisa bem conduzida em animais forneceu e continua fornecendo informações, idéias e aplicações que não podem ser obtidas de outra forma”. O discurso que prevalece, nessa ótica, torna-se algo inquestionável e inflexível. Além disso, o debate ético e científico ainda não estabeleceu o que seria essa “pesquisa bem conduzida”, permanecendo ainda muitas dúvidas e práticas inspiradas no emotivismo.

Isso implica em posicionamentos extremos e, como exemplo, citamos aquele defendido por Marcuse e Pear (apud PAIXÃO, 2001a, p. 25): “[...] A investigação animal é obrigatória do ponto de vista ético”. Algo que Levai (2010, p. 4) critica ao colocar que tal conduta funciona “[...] como instrumento de reiteração da ordem cultural vigente”, onde prevalece a chamada “[...] postura dominante, na qual o capitalismo, o cientificismo e o tecnicismo constituem o tripé ideológico que sustenta as bases do sistema social vigente” (LEVAI, 2010, p. 3).

Apesar de não negligenciar os critérios éticos das pesquisas e evocar a necessidade de priorizar o bem-estar animal, Lima (2008, p. 26), reconhece que “[...] no universo da ciência experimental, o uso de animais gerando um conhecimento é um dos elos da corrente formadora do saber científico”.

Diante dessa institucionalização de um tipo de saber em detrimento de outros, uma crítica de ordem filosófica pode ser instaurada. Pois, enquanto discurso, faz-se necessário, na ótica de Foucault (2009, p. 51), “[...] analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos”. Isso deve ocorrer, na acepção do autor, questionando a “vontade de verdade” que perpassa esses enunciados, restituindo o caráter de “acontecimento” dos discursos e criticando a “soberania do significante”.

O saber científico, que institucionaliza e legitima discursos, corresponde, na ótica de Foucault (2007, p. 71), a um tipo de sistema de poder “[...] que barra, proíbe, invalida” os enunciados contrários aos seus anseios. Para Foucault (2007, p. 71), “[...] os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da consciência e dos discursos também faz parte desse sistema”.

Desse modo, as práticas vivissecionistas são geralmente compreendidas e disseminadas como “algo natural”, “necessário” ou como “fato consumado”. Além disso, tais práticas

estão assentadas em dados que apregoam o avanço da ciência e as práticas alternativas passam a ser compreendidas e divulgadas na comunidade científica – e para os demais públicos, apenas como técnicas complementares. Ocorre, portanto, um jogo de disputas e formas de controle de ideias na sociedade, em que ainda não há dados suficientes para que leve a comunidade científica a abolir o uso de animais, ao passo que cresce a recusa dos argumentos vivisseccionistas por outros setores da sociedade.

Diante desse impasse e, para nortear nossa próxima discussão, devemos considerar a dúvida perante o uso dos métodos alternativos e a possível eliminação da prática científica que utiliza animais: até que ponto a sociedade está disposta a abrir mão do uso de animais em pesquisa com o risco de bloquear o avanço do conhecimento biológico, testes e desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas e métodos cirúrgicos? Até que ponto enunciados como esses são discursos que visam à reprodução de um dado sistema social vigente?

4.2 O antropocentrismo em questão: “os animais não servem aos propósitos científicos”

De outra forma, diante desse jogo de interesses, a resposta alcançada por aqueles que criticam o uso de animais para fins científicos, é taxativa: A experimentação animal, enquanto método científico, não é uma prática adequada aos fins humanos. Sua prática advém de preceitos antropocêntricos e seu uso poderá trazer, em vez de benefícios, malefícios a ambas espécies. Isso por que, segundo os antivivisseccionistas, o uso de um método errôneo nas pesquisas causará aos humanos danos fisiológicos, neurológicos, psicológicos, dentre outros. Para os animais, restaria o sacrifício de milhões de vidas em benefício de poucos.

Segundo Paixão (2001a, p. 26), as críticas em nível científico, direcionadas a tal prática, encontram-se divididas em duas categorias. A primeira evidencia que os animais são consideravelmente diferentes dos seres humanos. E, sendo assim, torna-se impossível *extrapolar* qualquer resultado entre as espécies. Trata-se, portanto, de uma “crítica absoluta” à experimentação animal.

A segunda crítica, por sua vez, proclama que podem ser falhas determinadas características dos experimentos e dos procedimentos que o acompanham. Por exemplo, citamos

a confiabilidade e a validade dessas práticas, de onde emerge a necessidade, segundo Levai (2010, p. 2) “[...] de uma mudança na mentalidade dos mestres e dos pesquisadores, uma pequena revolução interior que lhe permita conciliar a ética à atividade didático-científica”. Desse modo, segundo o autor, deve-se romper o silêncio predominante no campo das ciências biomédicas, em busca de retirar determinados tabus e, claro, questionar a noção de justiça apenas ao restrito universo dos humanos.

Em que consiste a crítica absoluta à experimentação animal? Essa visão diz que a utilização desses animais é um procedimento inadequado, com resultados inúteis, que ocasionam graves equívocos e, pior, desestimulam a elaboração de outros métodos mais eficazes.

Nessa acepção, os animais não podem ser compreendidos como “modelos” para os humanos, como citou Lima (2008, p. 26), devido o seguinte argumento, exposto por Paixão (2001a, p.27): existe uma grande variação entre as espécies e, sendo assim, os animais respondem de forma diferente às drogas e às doenças. Por estarem distantes da almejada “similaridade biológica” defendida pelos cientistas, os antivivisseccionistas advogam que os animais são “modelos ruins” ou “modelos inexistentes”. Com base nessa assertiva, segundo Croce (apud PAIXÃO, 2001a, p. 27) temos o seguinte argumento: Nenhuma experimentação conduzida em uma espécie pode ser extrapolada para outra espécie. Caso seja feita a extrapolação, as pesquisas podem produzir diversos resultados enganosos. Isso ocorre, especialmente, devido às dificuldades de auferir consideravelmente os resultados da pesquisa com animais, pois essa se mostra limitada às condições e à natureza do próprio animal.

Um dos aspectos apontados nesse sentido é que a pesquisa realizada em animais é perigosa quando se trata de avaliar a segurança de drogas. Muitas reações adversas que ocorrem nos pacientes não podem ser demonstradas nos experimentos. Parte disso deve-se ao fato de que os animais não são capazes de relatar vários sintomas, tais como náuseas, dores de cabeça, depressão, distúrbios psicológicos, dentre outros, que indicam o potencial de ameaça da droga. E mesmo quando esses efeitos colaterais são excluídos, o potencial de predição ainda é baixo, isto é, os testes em animais não podem predizer o que realmente acontecerá quando a droga for administrada ao ser humano.

Outra abordagem que merece destaque e que é amplamente utilizada pelos opositores da experimentação animal, corresponde àquela citada por Singer (2002, p. 79-81), quando enfatiza o exagero no papel atribuído aos estudos que utilizam animais. Essas teorias veiculadas no meio científico, político e civil, apregoam que a justificativa para a experimentação animal se dá com base nos benefícios trazidos à saúde dos humanos. Ademais, relacionam *melhoria* e *expectativa de vida* à experimentação animal, como citamos a partir das ideias de Lima (2008, p. 26). Esse último estima o aumento de 23,5 anos na expectativa de vida da população no século XX advinda de tais práticas, como já dissemos nesse estudo.

Todavia, como critica Singer (2002, p.79), “[...] os defensores da experimentação com animais gostam de nos informar que esse tipo de experiência fez aumentar imensamente nossa expectativa de vida [...] [todavia] essas alegações são completamente falsas”, pois aquilo que é veiculado enquanto discurso, geralmente em comerciais de fármacos, em propagandas médicas e na imprensa em geral, ilustram erros estatísticos ou mecanismos de controle das ideias de diversos setores da sociedade. Por isso, Singer (2002, p. 80) retoma o posicionamento do médico especialista em medicina comunitária, Dr. David St. George (apud SINGER, 2002, p. 80):

Esse debate foi resolvido, e agora trata-se de um fato amplamente aceito que as intervenções médicas somente exerceram um efeito marginal sobre a mortalidade da população, e sobretudo num estágio muito tardio, depois de os índices de mortes já terem diminuídos acentuadamente.

Ademais, Singer (2002) também utiliza a opinião de outros dois especialistas, que estudaram as dez principais doenças infecciosas dos Estados Unidos. A queda drástica nos índices de mortalidade expressos naquele território entre 1900 e 1948 ocorreu, com base nos estudos desses autores, sem qualquer intervenção nova de medicamentos ou procedimentos, de onde podemos supor que as melhorias de condições sanitárias e de alimentação seriam os fatores preponderantes na redução dos índices de mortalidade.

Talvez nos índices de mortalidade, 3,5% da queda ocorrida possa ser explicada por meio da intervenção médica, no caso das principais doenças infecciosas. Na verdade, já que são precisamente essas doenças em cuja redução de índices de mortalidade a medicina alega ter sido bem mais sucedida, a taxa de 3,5 provavelmente representa, para o declínio da mor-

talidade por doenças infecciosas nos Estados Unidos, uma estimativa razoável do limite da contribuição total das medidas médicas (MCKINLAY; BEAGLEHOLE apud SINGER, 2002, p. 80).

Desse modo, Singer (2002, p.81) nos diz que é equivocado qualquer argumento que eleja os benefícios que a experimentação animal trouxe, ou que poderiam trazer, à melhoria e expectativa de vida da população. Quando essa contribuição existe, ocorre de forma irrelevante ou insuficiente e o debate sobre as conquistas médicas advindas da experimentação animal torna-se algo impossível de se chegar a um consenso. Nas palavras de Singer (2002, p. 81) isso significa que “[...] ainda que valiosas descobertas tenham sido feitas com o uso dos animais, não podemos afirmar até que ponto a pesquisa médica teria sido bem sucedida se, desde o começo, tivesse sido obrigada a desenvolver métodos alternativos de investigação”.

Confirmando o exagero atribuído aos benefícios trazidos pela experimentação animal, Sharpe (apud PAIXÃO, 2001a, p. 28) aponta:

As evidências mostram que o controle social das doenças infecciosas se deve primariamente à eficiência dos serviços públicos de saúde e a um bom padrão de vida; dessa forma, um significativo aumento da expectativa de vida a partir de 1800 pode ser diretamente relacionados a esses fatores.

Ademais, Sharpe (apud PAIXÃO, 2001a, p. 28) cita outro exemplo:

A associação entre o fumo e o câncer de pulmão foi inicialmente descoberta através da epidemiologia e representa uma das contribuições mais importantes em termos de política de saúde nos últimos anos. Tentou-se repetir tais efeitos através da inalação forçada de fumaça de cigarro com pouco sucesso. No entanto, os achados negativos encontrados nos animais foram bem-vindos por aqueles que queriam negar a associação.

Sendo assim, as conclusões retiradas de testes toxicológicos e de práticas que envolvem animais, na ótica de Paixão (2001a, p. 31), podem não possuir uma base confiável para a saúde humana, uma vez que os resultados são insustentáveis e, sobretudo, manipulados comercialmente. Sobre esse caráter mercantil, Felipe (1999, p. 4) aposta que diversas pesquisas são mantidas por empresas que lucram com a venda de fármacos, por indústrias de aparelhos e o segmento da cosmética. Nesse cenário, em que as futuras gerações de profissionais são formadas, “[...] jovens estudantes recebem treinamento intensivo no domínio de técnicas aplicadas ao corpo de animais não humanos. Seu treinamento, no entanto, [...]”

não se digna a contemplar os interesses de nenhuma espécie sacrificada. São interesses humanos os que contam”.

Diante disso, reconhecemos a necessidade de equacionar ética e experimentação animal, regulando o preterimento dessa metodologia. Segundo Hossne (2008, p. 38) a questão já possui “substrato concreto em recomendações” como aqueles advindos da Declaração Universal de Direitos Animais (UNESCO 1978), da Declaração do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA) e de alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional. Dentre essas recomendações se destaca aquela de amplo conhecimento e aceitação no meio científico: a adoção dos “3Rs”.

O primeiro “R” refere-se à “*replacement*” (substituição) segundo a qual deveria prevalecer na experimentação animal a substituição de vertebrados por seres não sencientes, como plantas e microrganismos. O segundo “R” corresponde à “*reduccion*” (redução) do número de animais utilizados em experimentos, pois a escolha de diferentes estratégias pode incidir na descoberta e no aperfeiçoamento dos campos biomédicos e estatísticos. O terceiro “R” refere-se a “*refinement*” (refinamento) que indica que devemos buscar minimizar ao máximo o desconforto e sofrimento animal com uso de drogas anestésicas, caso seja necessário.

De acordo com Hossne (2008, p. 38), um quarto “R” nem sempre é suficientemente lembrado. Trata-se da adoção do “R” de *respeito* como alicerce da pesquisa científica que envolva animais. Esse não deveria estar ausente, mesmo que as melhorias da condição dos animais de laboratório sejam apenas para a melhoria dos resultados das pesquisas.

A adoção dos “3Rs”, à primeira vista, parece ser uma alternativa importante para nortear as condutas éticas dos humanos perante os animais. Mas, como um dos nossos objetivos está em promover o debate filosófico a partir dos argumentos que circunscrevem o fenômeno, vale destacar as críticas direcionadas a tal prática.

Em primeiro lugar, citamos o posicionamento de um defensor da experimentação animal. Na ótica de Goodwin (apud PAIXÃO, 2001a, p. 24) não é adequado o uso de recursos alternativos e a adoção dos “3Rs” significa “[...] uma percepção de que nós concordamos que o uso de animais é moralmente errado, e que está se tentando afastar esse uso o mais rápido possível”. Adotar tal prática

contradiz a premissa de que os modelos fornecidos pelos animais são modelos apropriados aos fins humanos. Além disso, esse argumento nos leva a crer que os animais estão fora do campo da moral dos seres humanos. De outra forma, os “3Rs” também são criticados pelos opositores da experimentação animal, pois é originário da convicção que existem métodos seguros e mais eficientes para a experimentação animal. Assim, para Paixão (2001a, p. 29):

[...] os ‘3Rs’ também são criticados, já que a ideia de se ‘reduzir’ ou ‘refinar’ mantém a utilização de animais, e até mesmo a ideia de ‘substituir’ é criticada porque supõe-se que experimentos animais ‘válidos’ possam ser substituídos por outros experimentos, igualmente válidos, logo ‘validando’, pelo menos cientificamente, o atual sistema’.

Esse tipo de abordagem, que traz à tona o uso dos animais para fins experimentais, a partir de critérios científicos é mais recente do que o questionamento sobre ações morais acerca do uso de animais. Desse modo, é evidente que a crítica ao método a partir de critérios científicos objetiva indicar outros caminhos para impedir o sofrimento desses seres passíveis de sensibilidade.

Levai (2010) exemplifica alguns dos mais conhecidos recursos alternativos, que em seu entendimento, poderiam “[...] inspirar uma metodologia científica verdadeiramente ética”:

Sistemas biológicos ‘in vitro’ (cultura de células, de tecidos e de órgãos passíveis de utilização em genética, microbiologia, bioquímica, imunologia, farmacologia, radiação, toxicologia, produção de vacinas, pesquisas sobre vírus e sobre câncer); *Cromatografia e espectrometria de massa* (técnica que permite a identificação de compostos químicos e sua possível atuação no organismo, de modo não-invasivo); *Farmacologia e mecânica quânticas* (avaliam o metabolismo das drogas no corpo); *Estudos epidemiológicos* (permitem desenvolver a medicina preventiva com base em dados comparativos e na própria observação do processo das doenças); *Estudos clínicos* (análise estatística da incidência de moléstias em populações diversas); *Necrópsias e biópsias* (métodos que permitem mostrar a ação das doenças no organismo humano); *Simulações computadorizadas* (sistemas virtuais que podem ser usados no ensino das ciências biomédicas, substituindo o animal); *Modelos matemáticos* (traduzem analiticamente os processos que ocorrem nos organismos vivos); *Culturas de bactérias e protozoários* (alternativas para testes cancerígenos e preparo de antibióticos); *Uso da placenta e do cordão umbilical* (para treinamento de técnica cirúrgica e testes toxicológicos); *Membrana corialantóide* (teste CAME, que utiliza a membrana dos ovos de galinha para avaliar a toxicidade de determinada substância); etc. (LEVAI, 2010, p. 4-5).

É inegável também dizer que por trás do desenvolvimento desses “recursos alternativos” encontra-se uma importante crítica ao antropocentrismo, paradigma que ainda impera nas relações sociais e que enaltece o

que Levai (2010, p. 3) chama de “altar cientificista”, ao longo da história. Pois, conforme Lima (2009, p. 1), “[...] Estamos todos habituados, infelizmente, ao jargão antropocêntrico que afirma a superioridade humana sobre os outros membros da natureza”.

E aqui cabe o questionamento que Felipe (1999, p. 3) afirme ser comum a todo profissional e cidadão: “[...] Incluir ou não seres não racionais no âmbito das considerações morais?” Existe uma razão para que isso ocorra, segundo diz a autora. Trata-se de ampliar cada vez mais o campo da moralidade. Caso não sejamos capazes de incluir os animais no âmbito da moralidade, corremos o risco de diminuir nossa sensibilidade perante práticas bárbaras e cruéis até com seres de nossa própria espécie.

Diante das duas possibilidades de resposta, que apregoam respectivamente a defesa e a crítica do método científico em questão, gostaríamos de enfatizar que ambas posturas fazem parte de um jogo de interesses, segundo o qual o discurso científico, enquanto portador da “verdade”, é utilizado em defesa dos argumentos de um dado segmento/grupo social. Basta lembrar que o termo “verdade”, utilizado nessa acepção, aproxima-se da tese de Foucault (2007, p. 12), que o relaciona aos mecanismos de poder e às coerções elaboradas historicamente, capazes de eleger determinados discursos como “verdadeiros”. A religião, a pedagogia, a ciência, etc., conforme a conveniência são escolhidos como veículos propagadores de tais verdades na sociedade, representando, assim, grupos de poder. E, como diz Lima (2009, p. 2) torna-se “[...] inegável a autoridade de que está imbuída a instituição científica em nossa sociedade ocidental contemporânea. A fé inabalável na ciência e na tecnologia constitui, como ideologia, o que se convencionou chamar, respectivamente, de cientificismo e tecnicismo”.

Sendo assim, concordamos com Paixão (2001a, p. 31) ao pontuar que esse jogo de interesses e poderes, alicerçado em inúmeros exemplos, argumentos e contra-argumentos, necessariamente, não possuem um “potencial explicativo”, pois em ambos (ainda) não encontramos uma “medida de sucesso” de suas teorias e práticas. Se por um lado, é difícil estabelecer o “quanto” a experimentação animal beneficiou os humanos, é complexo também, estabelecer o “quanto” os elogios direcionados a essas pesquisas são exagerados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até que ponto podemos dispor dos animais? Quem tem o poder de decisão desse uso? O que significa discutir essas questões? Esses questionamentos, lançados no início deste estudo, são decorrentes de um modo filosófico de tratar o tema “experimentação animal”. Isso porque a proposta delineada desde o início voltou-se para a reflexão dos argumentos éticos e científicos que permeiam esse tema, que na atualidade tem se revelado polêmico. Em consequência dessa reflexão, nosso posicionamento esteve voltado a promover o debate entre as ideias de teóricos que se dedicaram ao assunto, de modo a compreender como seus argumentos estão dicotomizados diante da discussão sobre o uso dos animais para fins científicos.

Diante das informações levantadas, observamos que não devemos perder de vista que esse *uso específico* ocorre como segmentação de uma discussão acerca *dos diferentes usos* dos animais pelo homem expressa um contexto maior que necessita ser melhor compreendido. Afinal, como procuramos demonstrar, práticas culturais defendidas na história da humanidade exemplificam a presença dos diversos usos de animais pelos humanos, usos que vão desde a adoração e alimentação, até o desdém, sacrifício e entretenimento. Ou seja, torna-se difícil romper com a lógica antropocêntrica que impera as relações sociais.

Esse antropocentrismo, segundo Lima (2009, p. 1), apesar de não ser louvável, é até compreensível, devido estarmos “imersos em nossa própria humanidade”, que condiciona nossa existência à nossa “autoreverência” e se estende a tudo aquilo que não é “humanamente nosso” um olhar distorcido de superioridade. Assim, podemos inferir que trazer à tona essas questões, em pleno século XXI, significa reconhecer que existe um jogo de poderes entre visões, na qual cada grupo expõe argumentos que visam legitimar ou abolir, respectivamente, o uso dos animais pelos humanos.

Enquanto os defensores da experimentação argumentam que abolir esse uso privaria os humanos dos benefícios da ciência, os antivivisseccionistas, em sua grande maioria, apregoam que tal prática além de se constituir em um método equivocado, trata-se de uma violação dos direitos animais. Nessa ótica, os animais são compreendidos como seres dotados de sensibilidade e passíveis de sofrimentos, o que é uma pré-condição para pos-

suírem interesses para serem defendidos. Por outro lado, fica a questão: o benefício de uns é legítimo perante o sacrifício de outros tantos?

Cada grupo busca legitimar seus argumentos com critérios científicos, louvando ou criticando o método em questão. Algo que exige de nós uma postura que nos leva a questionar desde os fundamentos dessas práticas até o modo de conceber o problema entre aqueles que estão sob determinado paradigma científico. Leva-nos a questionar, também, como as ideias são traduzidas em discursos sociais que visam à reprodução de um dado sistema social vigente, em nome de uma “verdade” científica.

Destacamos que a questão da validade/veracidade do método não pode ser a única a ser considerada pelas atuais discussões sobre os usos dos animais para fins científicos. Trata-se de uma questão preenchida de valores morais que diz respeito ao modo de viver de humanos e animais. Desse modo, reconhecemos que a problemática de *usar, não usar ou usar de determinada forma* ainda está longe de chegar a um consenso, restando à nossa visão de pesquisador verificar os limites e alcances desses posicionamentos, enunciando como esse debate configura-se como uma questão propriamente ética.

Ora, se foi demonstrada a estreita relação que mantemos com os animais, desde os primórdios, parece relevante estender essa discussão ao universo de nossas ações morais ao nosso campo de investigação ético e filosófico. Reconhecemos, contudo, que a própria filosofia, após a sua inserção com a cultura judaico-cristã-mulçumana excluiu, parcial e significativamente, os animais do campo de suas considerações. Hoje a atualidade da questão relaciona-se a um misto de fatores, como aqueles ligados à saúde pública, à crise ambiental e às reivindicações de movimento sociais ligados à sociedade civil ou a poucas seitas ou associações religiosas dentro desses grupos culturais mais fortes. Isso implica em uma revisão de valores outrora cristalizados, como aqueles que buscam criar o abismo entre a espécie humana e outros animais.

Sem a intenção de lançar uma solução para o debate que, ao que parece, se prolongará por muito tempo, nosso estudo identificou que foi a partir desse debate científico acerca da validade do método em questão que mais um impulso foi dado à discussão. A pesquisa também demonstra que o uso de animais para fins científicos necessita, em nossa atualidade, de mecanismos de controle das formas e procedimentos desse uso.

Esse tipo de *mediania* significa para os antivivisseccionistas um retrocesso, pois para esses, a abolição dos animais deveria ser concretizada. Para os defensores mais radicais da causa científica, significa um empecilho para o avanço da ciência. Para aqueles que buscam conciliar ética e experimentação animal, trata-se de uma forma de controle que visa regular a interação entre homens e animais. Essas formas de controle, advêm de movimentos sociais ligados a grupos de proteção dos animais que ganharam notoriedade desde os anos 1970, no mundo. Essas iniciativas, muitas vezes configuradas em protestos, geraram pressões sobre os pesquisadores, instituições e órgãos governamentais, além de ter apoio de setores da sociedade civil. Dessa postura, surgem os mecanismos de coerção das práticas indiscriminadas, configurando-se de diferentes tipos e modos.

Na ótica de Paixão (2001a, p. 39), os instrumentos de controle que mais têm crescido em diversos países são as comissões de ética no uso de animais. Esses comitês buscam avaliar os projetos de pesquisas e os experimentos a fim de assegurar a aplicação dos “3Rs”. Outras funções referem-se à verificação sobre a necessidade das práticas, a observância se o animal é o melhor modelo a ser utilizado e a segurança do bem estar animal. Esses órgãos também realizam inspeções a fim de verificar onde são mantidos os animais, além de proporcionar atendimento veterinário.

Observamos que o debate sobre o uso dos animais em nossa atualidade ainda é uma realidade em construção, pois assim como existe o reconhecimento dos chamados benefícios que a prática traz aos humanos, não sabemos ao certo o quanto essa é um realidade distorcida e promovida perante o não desenvolvimento de recursos alternativos, configurando-se, portanto, como práticas desrespeitosas para com os animais. E, sendo uma realidade em construção, demanda uma postura que priorize uma abordagem multidisciplinar, em que possam ser contemplados os aspectos, biológicos, sociais, jurídicos, discursivos e filosóficos da questão, a fim de que novos estudos sejam trazidos à tona para subsidiar as políticas públicas sobre o uso dos animais não humanos para em fins científicos. Além disso, que as dúvidas lançadas sobre essa prática específica, lancem questionamentos mais amplos acerca dos diferentes usos (e abusos) que os animais sofrem em nome de práticas ditas culturais ou tradicionais, sob a luz da ética.

Viver em interação com animais não humanos, seja ao alimentar-se, banhar-se ou entreter-se, como a exemplo do personagem do nosso experimento mental, demanda reflexão sobre modo de vida e eticidade. Afinal, se valores morais são operados por nós a todo momento na interação entre homens e destes com o mundo, devemos reconhecer que a interação homem-animal já não é mais (e não pode ser!) negligenciada na discussão ética.

NOTAS

1. Ainda que em uma constatação mais abrangente, a sociedade em geral (diversos setores) não tenha se debruçado sobre a questão, necessitando do fomento de um debate público mais ampliado e apurado na atualidade (GURGEL apud ALMEIDA, 2008).
2. As Últimas décadas do século XX foram marcadas por movimentos civis e sociais variados, como a luta por aqueles em situação de exclusão social (mulheres, gays, minorias étnicas etc.) e pelo meio ambiente (movimento "Salve as Baleias", Eco 92 etc.).
3. Vivissecção é usualmente o termo científico que caracteriza a prática de uso de animais vivos em experimentos.
4. Segundo a tradição bíblica, a queda do homem corresponde a saída de Adão e Eva, homens primeiros, do Jardim do Éden, pela qual a Bíblia responsabiliza uma mulher e um animal.
5. Vale lembrar que em alguns países esses mecanismos de controle não tiveram expressão significativa, sendo muitas vezes, motivos de controvérsias entre autoridades, cientistas e sociedade civil.
6. Existe uma argumento que diz que, caso os cientistas não tivessem utilizado animais em experimentos de fármacos e procedimentos da biomedicina, talvez as conquistas científica levariam mais tempo para vir a tona.
7. Levai (2010, p.4) cita alguns extremos dessa postura que ocorre quando os animais passam a ser mencionados e compreendidos literalmente como "matrizes ou peças de reposição".
8. Como forma de legitimar a experimentação animal, segundo essa instituição, 60 de 82 prêmios Nobel relativos à Fisiologia ou Medicina desde 1901 são advindos das descobertas que envolveram animais não humanos.

REFERÊNCIAS

- BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- COSTA S. I. F; PESSINI L. *Ética e medicina no limiar de um novo tempo: alguns desafios emergentes*. In: LIMA FILHO A.A; POZZOLI, L. (Org.). *Ética no novo milênio: busca do sentido da vida*. 3. ed. São Paulo: LTR, 2004. p. 187-214.
- DEL-CLARO, Kleber. *Comportamento animal: uma introdução à ecologia comporta-mental*. Jundiaí: Conceito, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 1, 2003.
- FELIPE, Sônia. O sacrifício do outro: introdução à reflexão ética sobre o uso de animais nos Laboratórios de Ensino da UFSC. *Revista Virtual de Ciências Humanas*, Imprimatur, ano 1. n. 3. 1999. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/imprimat/nr.3/pdf/animais.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- _____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FRAJBLAT, M.; AMARAL, V. L. L.; RIVERA, E. A. B. Ciência em animais de laboratório. *Revista da Ciência e Cultura*, ano 60, n. 2, p. 26 -27, abr./jun. 2008.
- GARRAFA, Volnei. Introdução à bioética. *Revista do Hospital Universitário da UFMA*, São Luís, v. 6, n. 2, p. 09-13, maio/ago. 2005.
- GONÇALVES, Denise. *Não matarás: os animais e o homem nos bastidores da ciência*. [S.l.]: Inst. Nina Rosa, 2006. 1 DVD.
- GURGEL, Wildoberto Batista. Pink e cérebro em Auschwitz-Birkenau: tópicos filosóficos sobre o vegetarianismo à luz da bioética. *Revista do Hospital Universitário da UFMA*, São Luís, p. 74 - 81, jan./ago. 2003.
- HOSSNE, William Saad. Comissão de ética animal. *Revista da Ciência e Cultura*, ano 60, n. 2, p. 37-42, abr./jun. 2008.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- LEVAI, Laerte Fernando. O direito à escusa de consciência na experimentação animal. *Observatório Eco Direito ambiental*, 2010. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/o-direito-a-escusa-de-consciencia-na-experimentacao-animal/>>. Acesso em: 1 nov. 2010.
- LIMA, Wothan Tavares de. Entendimento humano da experimentação animal. *Revista*

da *Ciência e Cultura*, ano 60, n. 2, p. 26-27, abr./jun. 2008.

MARKUS, Regina. Legal, legítimo e ético - avanços da ciência - busca do conhecimento. *Revista da Ciência e Cultura*, ano 60, n. 2, p. 24-25, abr./jun. 2008.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ORLANS, Barbara. History and ethical regulation of animal experimentation: an international perspective. In: KUHSE, Helga; SINGER, Peter (Ed). *A companion to bioethics*. Oxford: Blacwell, 2001. p. 399-410. (Blacwell Companions to Philosophy).

PAIXÃO, Rita Leal. *Experimentação animal: razões e emoções para uma ética*. Dissertação (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz na Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001a.

_____. Bioética e medicina veterinária: um encontro necessário. *Revista CFMV*, Brasília, DF, ano 7, n. 23, p. 20-26, maio/ago. 2001b.

PIMENTA, Luiz Gonzaga; SILVA, Alcino Lázaro da; Ética e experimentação animal. *Acta Cirurgica Brasileira*, São Paulo, v. 16, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502001000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2008.

SINGER, Peter. *Vida ética*. Tradução de Alice Xavier. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. *Libertação animal*. São Paulo: Lugano, 2004.

SCHNAIDER, Taylor Brandão; SOUZA, Cláudio de. Aspectos éticos da experimentação animal. In: *Revista Brasileira de Anestesiologia*, v. 53, n. 2, p. 278-285, mar./abr. 2003.

TRAJANO, Eleonora; SILVEIRA, Luis Fábio. Conservação, ética e legislação brasileira: uma proposta integrada em defesa dos animais não humanos. *Revista da Ciência e Cultura*, ano 60, n. 2, p. 27-33, abr./jun. 2008.